



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA PARA AQUISIÇÃO DE BENS
Art. 75, II da Lei 14.133/21

1. DO OBJETO:

1.1 Aquisição de material de consumo odontológico, conforme especificações e quantidades previstas neste Termo de Referência.

1.2. Os itens a serem fornecidos devem atender as seguintes especificações abaixo:

Item	Especificação	Catmat*	Unidade de medida	Quantidade
1	Luva látex c/100 tamanho P	443397	caixa	15
2	Máscara branca	402948	caixa	20
3	Água destilada de 5 litros	352317	galão	10
4	Álcool 70% 1000 ml	392369	litro	20
5	Canudo	339679	pacote	3
6	Evidenciador de placas bacteriana	425848	unidade	2
7	Disco para acabamento e polimento	86550	unidade	2
8	Taça de polimento (verde)	404903	unidade	10
9	Fio dental 500m	238050	unidade	2
10	fitas adesivas autoclave 19mm x3m	404559	unidade	4
11	Optragate tamanho regular	438080	unidade	40
12	Optragate tamanho médio	438080	unidade	40
13	Gel bucal tutti frutti	269847	unidade	2
14	anestésico injetável Lidocaína HCl 2%	397428	caixa	2
15	escovas de Robinson grandes(nylon diâmetro 2.35 mm	431409	unidade	30
16	Resina corpo a4b	407163	unidade	1
17	Resina Tetric n flúor IVW	269880	unidade	1
18	Água oxigenada 10 volumes, frasco com 01 litro	277319	litro	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

19	Integrador químico de uso interno classe 5	332346	caixa	3
20	Papel Grau Cirúrgico 10 cm X 100 metros	442385	rolo	3
21	Agulha gengival descartável esterilizada, tamanho curta, caixa com 100 unidades	442145	caixa	2
22	Agulha gengival descartável esterilizada, tamanho longa, caixa com 100	442145	caixa	2
23	Gesso tipo IV	428417	pacote	1
24	Material para moldagem –Auginato-tipo 5, com cura rápida e estabilidade dimensional de 5 dias		pacote	1
25	Barreira gengival fotopolimerizável, tipo “Top Dam”, seringa com 2 gramas.	413642	seringa	2
26	Verniz com flúor - kit com 10ml de verniz e 10ml de solvente	428166	frasco	2
27	Pincéis MICRO – BRUSH caixa com 100 unidades	442474	caixa	3
28	Hidróxido de cálcio PA pó, vidro com 10g	0404585	frasco	1
29	Cera 7 rosa para registro de mordida 140 mm x 70 mm	627404	pacote	1
30	Fita matriz metálica para amálgama 7,0 mm – aço inoxidável, com 50 cm	406146	unidades	4
31	Pacote com cunha anatômica protetoras Inteligentes	264210	unidades	2
32	Resina Composta restaurador	444049	bisnagas	3
33	Agente de união para resina composta TIPO UNIVERSAL	391629	frasco	1
34	Bisnaga de Resina Composta TIPO BULK-FILL FLOW para dentes posteriores	444049	bisnaga	1
35	Cimento odontológico IRM DE PRESA RÁPIDA	404547	caixa	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

36	Desensibilizador dentinário à base de nitrato de potássio a 5% e fluoreto de sódio a 0,02%	431743	Seringa	2
37	Caixa Anestésico local à base de Cloridrato de Prilocaína a 3%,	448760	caixa	1
38	Corante evidenciador de placa Bacteriana.	425849	unidade	2
39	Óleo lubrificante especial para alta rotação e baixa rotação,	246952	Frasco	4
40	Bisnaga de pasta diamantada para polimento, tipo diamond Excel	417702	Bisnaga	1
41	Broca diamantada alta rotação, esférica para preparo 1015	402948	Unidade	10
42	Broca diamantada alta rotação, esférica para preparo 1016	402949	Unidade	10
43	Lençol de borracha	442191	Unidade	1
44	Pincéis para resina composta 100% PELO MARTA, KOLISKY, CABO DE MADEIRA COM ESFERAS n.º 2	410557	Unidade	5
45	Pincéis para resina composta 100% PELO MARTA KOLISKY, CABO DE MADEIRA COM ESFERAS n.º 0	410557	unidade	4
46	Pincéis para resina composta 100% PELO MARTA KOLISKY, CABO DE MADEIRA COM ESFERAS n.º 1	410557	Unidade	5
47	DISCO DE LIXA PARA RECORTAR GESSO E RESINA ACRÍLICA EM PEÇA DE MÃO	438148	disco	1
48	PLACA DE ACETATO CRISTAL, TRANSPARENTE	284130	Unidade	1
49	Kit de resina acrílica, com pó e líquido, para confecção de provisório (PÓ)	390456	Unidade	1
50	Kit de resina acrílica, com pó e líquido, para confecção de provisório (LÍQUIDO)	390456	unidade	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

51	PONTA DE SERINGA TRÍPLICE, DESCARTÁVEL, ADAPTÁVEL AO CONSULTÓRIO DABI	418217	pacote	3
52	KIT DE MATERIAL DE MOLDAGEM silicone de condensação DENSO D	428720	pacote	3

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Ato GP TRT19 n. 104 de 22 de agosto de 2022.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação da nota de empenho no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) na forma do art. 94 c/c art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A fundamentação da contratação justifica-se pela necessidade de garantir o suprimento do estoque de materiais de consumo odontológicos para promover campanhas de prevenção em saúde bucal e tratamento clínico-curativo do Seção de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

2.2. O objeto da contratação atende ao disposto no Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 deste Regional, aprovado pela Resolução Administrativa nº 209/2021, observando, especialmente, o previsto no Objetivo Estratégico Incrementar modelo de gestão de pessoas, estando prevista no PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES, sob código 8101.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Os produtos a serem adquiridos, cujas especificações estão descritas no item 1.2, devem apresentar prazo de validade de no mínimo um ano a contar da entrega e atender à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 546, de 30 de agosto de 2021, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre os requisitos essenciais de segurança e eficácia aplicáveis aos produtos para saúde. Considerando os fracassos em licitações anteriores, a necessidade de repor o estoque dos produtos e o valor dos itens, a aquisição se dará por dispensa de licitação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. 4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e
- e) Embalagens invioláveis, contendo: descrição do produto, nome e CNPJ do fabricante, número do lote, data de fabricação, validade e instruções de uso em português;
- f) que viabilizem o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético.

4.1.2 Os itens devem possuir registro na Anvisa conforme a RDC 185/2001

4.1.3 Observância à RDC/Anvisa 16/2014;

4.1.4 Observância à RDC/Anvisa 222/2018;

4.1.5 Cumprimento do Decreto 8.077/2013;

4.1.6 Observância à RDC/Anvisa 39/2013;

4.1.7 Observância à Resolução Conama 358/2005

4.1.8 Autorização da Anvisa para comercializar e/ou fornecer material médico. ambulatorial ou hospitalar, conforme o art.2º da lei nº 6.360/1976 e art. 2º do Decreto 8.077/2013;

4.1.9 Declaração do Detentor do Registro (DDR48) conforme a RDC Anvisa 81/2008, quando couber;

4.1.10 Autorização de Funcionamento – AFE ou Autorização Especial – AE conforme a RDC 16/2014;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

4.2 O fornecedor detentor do menor preço ofertado deverá apresentar, junto com a sua proposta, catálogo, encarte ou outro meio de apresentação que contenha fotos com informações sobre o objeto ofertado, ou ainda o link do sítio do fabricante na internet, para cotejo das suas características com o especificado neste Termo de Referência.

4.2.1. Caso as informações contidas nos meios de apresentação referenciados no subitem anterior forem consideradas insuficientes para demonstrar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com as descritas neste Termo de Referência, a proposta será recusada e convocado o próximo fornecedor.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.1.1 O envio da nota de empenho se dará de forma eletrônica, com prazo de 48 horas para confirmação de recebimento do e-mail. Transcorrido o referido prazo, iniciará automaticamente a contagem do prazo estabelecido neste Termo de Referência para a entrega do material.

5.1.2 O endereço eletrônico utilizado para o envio da Nota de Empenho será o constante na proposta fornecida pela contratada.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues, sem ônus para o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, no seguinte endereço: Seção de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho - TRT 19ª Região, Rua Desembargador Artur Jucá, 179, térreo, Centro, Maceió/AL, CEP 57.025-440, das 08h00min às 15h30min horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Da Garantia



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

5.4 O prazo de garantia é no mínimo de 90 (noventa) dias, consoante o disposto no inciso II, art. 26, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), a contar do recebimento definitivo do objeto.

6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

6.3. O Gestor e Fiscais designados exercerão as atribuições previstas no Ato GP TRT19 nº. 103/2022, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

6.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e dos fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

6.6. A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. O Gestor e o fiscal acompanharão a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da Nota fiscal/fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho) para fins de liquidação e pagamento.

6.8. As comunicações entre TRT19 e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, prestando apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas aos aspectos técnicos da execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.12. O fiscal técnico do contrato emitirá notificações à contratada, preferencialmente por e-mail institucional juntado aos autos, com a devida comprovação de recebimento para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção

6.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

6.16. O fiscal técnico do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais no SIGEO-JT, e das documentações exigidas para o pagamento; e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação e recebimento definitivo;

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, examinará regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução de eventuais problemas, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de acompanhamento da execução contratual;

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pela Secretaria de Administração, conforme o caso;

6.22. O gestor do contrato, após a liquidação da despesa deverá enviar a nota fiscal e a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento e Finanças para procedimentos de pagamento, observada a regularidade fiscal da contratada.

7. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em até 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022.

8.2. Para fins de liquidação, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal apresentada contempla os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.4. O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 05 (cinco) úteis após o Recebimento Definitivo, condicionado apresentação dos seguintes documentos, em vigor:

- a) Nota fiscal do produto/serviço/fatura discriminativa, devidamente atestada pela fiscalização no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO–JT) e anexada ao processo;
- b) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, no que couber.

8.5. A contratada obriga-se a realizar e manter atualizado o autocadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), nos termos previstos no ATO GP TRT nº 38, de 05 de maio de 2022.

8.6. A empresa deverá anexar no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO–JT) todos os documentos e notas fiscais para que o fiscal do contrato, após a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

juntada feita pela empresa, realize no sistema o atesto da nota fiscal e, por conseguinte, efetue a sua liquidação.

8.7. A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8.8. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante à Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

8.9. O TRT reterá, na fonte, sobre os pagamentos efetuados os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012 ou outra norma vigente à época da ocorrência do pagamento.

8.10. Não haverá retenção acima caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, mediante comprovação da opção ou encontre-se em uma das situações elencadas no artigo 3º da IN SRF nº. 1.234/2012 e suas alterações posteriores.

8.11. Considera-se para efeito de pagamento o dia da emissão da Ordem Bancária pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças do Governo Federal – SIAFI.

8.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.13. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.14. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira = **0,00016438**, assim apurado:

I = 0,00016438.

I = (TX/100)/365.

I = (6/100)/365

Em que **TX** = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E A FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização do procedimento **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II c/c § 3º da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta menor preço.

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

9.3.1. Habilitação jurídica:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

9.3.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º

9.4 Declarações Complementares Declaração de que o fornecedor atende os requisitos de habilitação previstos em lei e neste instrumento.

- a) Declaração firmada pelo fornecedor de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos.
- b) Declaração de que o fornecedor cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) Declaração do fornecedor de que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega da proposta
- d) Declaração de que não emprega e não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, juízes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT 19ª Região, na forma da resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 09/2005.

9.4.1. As declarações mencionadas nos subitens “a”, “b”, “c” e “d” serão preenchidas pelo fornecedor no momento do cadastramento da proposta no Sistema COMPRASGOV e, a Declaração de inexistência de nepotismo será elaborada de acordo com o modelo definido no Anexo III deste instrumento e apresentadas em conjunto com as documentações de habilitação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

10. DA PROPOSTA

10.1. A proposta, de acordo com o modelo do Anexo I deste Termo de Referência, deverá ser digitada, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e/ou rubricadas em todas as folhas por quem de direito e deverá conter os seguintes elementos:

- a) indicar CNPJ, endereço, e-mail e telefone de contato;
- b) especificação do item com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, relativo ao item cotado já incluso todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento do produto. Em caso de discordância entre o preço unitário e total, prevalecerá o primeiro; ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso, prevalecerá o último;
- c) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos;
- d) declarar expressamente a concordância com as condições constantes no Termo de referência;

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$13.134,24 (treze mil cento trinta e quatro reais e vinte e quatro)**, de acordo com a planilha conclusiva do preço de referência Anexo II neste Termo de Referência.

11.2. No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

11.3. Os preços estimados, tanto unitários como global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

11.4 os preços estimados de alguns itens foram obtidos através de pesquisa em sítios eletrônicos especializados, uma vez que não foi localizado no banco de preços, nos termos da IN 65/2022 da Seges.

11.5 Os preços dos itens mencionados no ponto 11.4 foram obtidos a partir do somatório do preço à vista com o frete mais econômico que consta na respectiva pesquisa.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **15/10/2025**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (índice de preços ao consumo amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes neste termo de referência e da proposta;

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

13.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação na contratação direta;

13.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021.

13.10. Informar o impedimento de execução do contrato, por fato ou ato da administração ou de terceiros, comprovado por documento contemporâneo à sua ocorrência, conforme dispõe o art. 28, alínea “b” do Ato GP/TRT19ª n. 9/2023.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

13.11. Efetuar o autocadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO–JT), por meio de plataforma para que nela faça a juntada, oportunamente, de todos os documentos, inclusive notas fiscais, para que possa ocorrer o devido processamento da nota de empenho ao correspondente pagamento;

13.11.1. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao sistema do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada;

14.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente termo de referência;

14.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste instrumento;

14.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

14.8. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

14.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.5. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.6. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 16.1, de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 16.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 16.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 16.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 16.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

16.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

16.12. Os procedimentos instituídos para apuração de responsabilidades referentes à eventuais infrações administrativas observarão as disposições do Ato GP TRT19ª n. 9, de 5 de janeiro de 2023.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários constantes no programa de trabalho 02.122.0033.4256.0027 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Estado de Alagoas).

18. São anexos a este TR:

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO II – VALOR DE REFERÊNCIA (Planilha conclusiva do Termo de Referência)

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Maceió (AL), 27 de outubro de 2025.

MARCELO XAVIER DO NASCIMENTO

ERNESTO LUIZ LIMA DA SILVA

MONICA MARIA DOS SANTOS BARROS SILVA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

todos os componentes de custo do produto, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto, durante todo o período de vigência do contrato.

c) que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura das propostas.

d) que estamos de acordo com a utilização dos dados bancários supra informados para fins de pagamento, nos termos do art. 7º, I da Lei 13.709/2018

Local, dede 2025.

.....
Representante Legal da Empresa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO II
Valor de Referência
(Planilha conclusiva do Preço de Referência)

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA LICITAÇÕES (Planilha de Preços)									
ATENÇÃO! Para o correto funcionamento da planilha preencha apenas os campos na COR AMARELA									
Objeto: Arquisição de Material de consumo									
Setor: Seção de Saúde									
Responsável: Marcelo Xavier do Nascimento									
Nº Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Dental alagoas	Banco de Preços/ Empresas Especializadas	Banco de Preços/ Empresas Especializadas	Média Valor Unitário	Média Valor Total	
1	Luva látex c/100 tamanho P	15	caixa	R\$ 30,75	R\$ 35,00	R\$ 38,00	R\$ 34,58	R\$ 518,75	
2	Máscara branca	20	caixa	R\$ 14,00	R\$ 20,00	R\$ 26,00	R\$ 20,00	R\$ 400,00	
3	Água destilada de 5 litros	10	galão	R\$ 15,80	R\$ 23,64	R\$ 20,00	R\$ 19,81	R\$ 198,13	
4	Alcool 70% 1000 ml	20	litro	R\$ 11,75	R\$ 13,98	R\$ 14,25	R\$ 13,33	R\$ 266,53	
5	Canudo	3	pacote	R\$ 3,50	R\$ 5,85	R\$ 9,50	R\$ 6,28	R\$ 18,85	
6	Evidenciador de placas bacteriana	2	unidade	R\$ 12,33	R\$ 14,70	R\$ 14,70	R\$ 13,91	R\$ 27,82	
7	Disco para acabamento e polimento	2	unidade	R\$ 198,99	R\$ 243,91	R\$ 224,06	R\$ 222,32	R\$ 444,64	
8	Taça de polimento (verde)	10	unidade	R\$ 36,45	R\$ 37,86	R\$ 41,86	R\$ 38,72	R\$ 387,23	
9	Fio dental 500m	2	unidade	R\$ 13,65	R\$ 15,00	R\$ 16,59	R\$ 15,08	R\$ 30,16	
10	Fitas adesivas autoclave 19mm x3m	4	unidade	R\$ 7,79	R\$ 11,90	R\$ 11,90	R\$ 10,53	R\$ 42,12	
11	Opragate tamanho regular	40	unidade	R\$ 11,10	R\$ 40,99	R\$ 77,89	R\$ 43,33	R\$ 1.733,07	
12	Opragate tamanho pequeno	40	unidade	R\$ 11,10	R\$ 77,89	R\$ 42,53	R\$ 43,64	R\$ 1.753,63	
13	Gel bucal tutti frutti	2	unidade	R\$ 26,61	R\$ 78,13	R\$ 32,50	R\$ 45,75	R\$ 91,49	
14	anestésico injetável Lidocaina HCl 2%	2	caixa	R\$ 158,00	R\$ 199,90	R\$ 199,90	R\$ 185,93	R\$ 371,87	
15	escovas de Robinson grandes/nylon diâmetro 2.35 mm	30	unidade	R\$ 2,30	R\$ 3,72	R\$ 3,00	R\$ 3,01	R\$ 90,20	
16	Resina corpo a4b	1	unidade	R\$ 149,00	R\$ 240,30	R\$ 172,63	R\$ 187,31	R\$ 187,31	
17	Resina Tetric n fluor IVW	1	unidade	R\$ 128,38	R\$ 192,24	R\$ 154,55	R\$ 158,39	R\$ 158,39	
	Água oxigenada 10 volumes, frasco com 01 litro	1	litro	R\$ 10,95	R\$ 20,73	R\$ 11,19	R\$ 14,29	R\$ 14,29	
	Integrador químico de uso interno classe 5	3	caixa	R\$ 299,90	R\$ 322,90	R\$ 407,40	R\$ 343,40	R\$ 1.030,20	
	Papel Grau Cirúrgico 10 cm X 100 metros	3	rolo	R\$ 73,40	R\$ 155,89	R\$ 159,21	R\$ 129,50	R\$ 388,50	
	Agulha gengival descartável esterilizada, tamanho curta, caixa com 100 unidades	2	caixa	R\$ 39,99	R\$ 38,25	R\$ 56,00	R\$ 44,75	R\$ 89,49	
	Agulha gengival descartável esterilizada, tamanho longa, caixa com 100	2	caixa	R\$ 69,15	R\$ 126,90	R\$ 93,95	R\$ 96,67	R\$ 193,33	
	Gesso tipo IV	1	pacote	R\$ 35,14	R\$ 78,00	R\$ 70,00	R\$ 61,05	R\$ 61,05	
	Material para moldagem –Auginato- tipo 5, com cura rápida e estabilidade dimensional de 5 dias	1	pacote	R\$ 130,78	R\$ 149,40	R\$ 198,54	R\$ 159,57	R\$ 159,57	
	Barreira gengival fotopolimerizável, tipo "Top Dam", seringa com 2 gramas.	2	seringa	R\$ 48,97	R\$ 48,36	R\$ 74,00	R\$ 57,11	R\$ 114,22	
	Verniz com fluor - kit com 10ml de verniz e 10ml de solvente	2	frasco	R\$ 40,15	R\$ 51,00	R\$ 52,54	R\$ 47,90	R\$ 95,79	
	Pincéis MICRO – BRUSH caixa com 100 unidades	3	caixa	R\$ 15,11	R\$ 15,67	R\$ 17,32	R\$ 16,03	R\$ 48,10	
	Hidróxido de cálcio PA pó, vidro com 10g	1	frasco	R\$ 9,38	R\$ 12,81	R\$ 10,00	R\$ 10,73	R\$ 10,73	
	Cera 7 rosa para registro de mordida 140 mm x 70 mm	1	pacote	R\$ 24,85	R\$ 36,94	R\$ 27,88	R\$ 29,89	R\$ 29,89	
	Fita matriz metálica para amalgama 7,0 mm – aço inoxidável, com 50 cm	4	Unidade	R\$ 2,05	R\$ 5,90	R\$ 4,62	R\$ 4,19	R\$ 16,76	
	Pacote com cunha anatômica protetoras Inteligentes	2	pacote	R\$ 309,90	R\$ 329,90	R\$ 329,90	R\$ 323,23	R\$ 646,47	
	Resina Composta restaurador	3	bisnaga	R\$ 124,55	R\$ 218,71	R\$ 158,80	R\$ 167,35	R\$ 502,06	
	Agente de união para resina composta TIPO UNIVERSAL	1	frasco	R\$ 94,99	R\$ 185,16	R\$ 185,16	R\$ 155,10	R\$ 155,10	
	Bisnaga de Resina Composta TIPO BULK-FILL FLOW para dentes posteriores	1	bisnaga	R\$ 177,99	R\$ 225,99	R\$ 234,30	R\$ 212,93	R\$ 212,93	
	Cimento odontológico IRM DE PRESA RÁPIDA	1	caixa	R\$ 86,97	R\$ 133,22	R\$ 139,90	R\$ 119,70	R\$ 119,70	
	Desensibilizador dentário à base de nitrato de potássio a 5% e fluoreto de sódio a 0,02%	2	seringa	R\$ 23,99	R\$ 53,99	R\$ 61,81	R\$ 46,60	R\$ 93,19	
	Caixa Anestésico local à base de Cloridrato de Prilocaina a 3%,	1	caixa	R\$ 214,99	R\$ 235,26	R\$ 235,26	R\$ 228,50	R\$ 228,50	
	Corante evidenciador de placa Bacteriana.	2	Unidade	R\$ 18,79	R\$ 35,36	R\$ 35,36	R\$ 29,84	R\$ 59,67	
	Óleo lubrificante especial para alta rotação e baixa rotação.	4	frasco	R\$ 31,70	R\$ 36,58	R\$ 34,00	R\$ 34,09	R\$ 136,37	
	Bisnaga de pasta diamantada para polimento, tipo diamond Excel	1	bisnaga	R\$ 68,99	R\$ 126,90	R\$ 69,99	R\$ 88,63	R\$ 88,63	
	Broca diamantada alta rotação, esférica para preparo 1015	10	Unidade	R\$ 4,25	R\$ 6,00	R\$ 6,10	R\$ 5,45	R\$ 54,50	
	Broca diamantada alta rotação, esférica para preparo 1016	10	Unidade	R\$ 4,25	R\$ 4,50	R\$ 4,42	R\$ 4,39	R\$ 43,90	
	Lençol de borracha	1	caixa	R\$ 33,27	R\$ 38,46	R\$ 38,46	R\$ 36,73	R\$ 36,73	
	Pincéis para resina composta 100% PELO MARTA, KOLISKY, CABO DE MADEIRA COM ESFERAS n.º 2	5	Unidade	R\$ 50,50	R\$ 70,57	R\$ 75,14	R\$ 65,40	R\$ 327,02	
	Pincéis para resina composta 100% PELO MARTA KOLISKY, CABO DE MADEIRA COM ESFERAS n.º 0	4	Unidade	R\$ 47,70	R\$ 70,44	R\$ 58,33	R\$ 59,02	R\$ 236,09	
	Pincéis para resina composta 100% PELO MARTA KOLISKY, CABO DE MADEIRA COM ESFERAS n.º 1	5	Unidade	R\$ 49,60	R\$ 70,99	R\$ 70,99	R\$ 63,53	R\$ 317,63	
	DISCO DE LIXA PARA RECORTAR GESSO E RESINA ACRÍLICA EM PEÇA DE MÃO	1	disco	R\$ 2,50	R\$ 47,63	R\$ 56,30	R\$ 35,48	R\$ 35,48	
	PLACA DE ACETATO CRISTAL TRANSPARENTE	1	Unidade	R\$ 31,80	R\$ 78,81	R\$ 54,42	R\$ 55,01	R\$ 55,01	
	Kit de resina acrílica, com pó e líquido, para confecção de provisório (PÓ)	1	Unidade	R\$ 41,69	R\$ 68,99	R\$ 83,85	R\$ 64,84	R\$ 64,84	
	Kit de resina acrílica, com pó e líquido, para confecção de provisório (LÍQUIDO)	1	Unidade	R\$ 37,64	R\$ 74,99	R\$ 74,99	R\$ 62,54	R\$ 62,54	
	PONTA DE SERINGA TRIPLICE, DESCARTÁVEL, ADAPTÁVEL AO CONSULTÓRIO DABI	3	pacote	R\$ 37,20	R\$ 79,91	R\$ 48,43	R\$ 55,18	R\$ 165,54	
	KIT DE MATERIAL DE MOLDAGEM silicone de condensação DENSO D	3	pacote	R\$ 172,30	R\$ 149,40	R\$ 198,54	R\$ 173,41	R\$ 520,24	
							VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 13.134,24	
							DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO	15/10/2025	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO III

Declaração de Inexistência de Nepotismo na forma da Resolução CNJ Nº 07/2005, alterada pela Resolução nº 229/2016;

_____, inscrito no CNPJ



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

nº _____, por intermédio de seu representante legal
o(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF
nº _____, DECLARA, para fins Resolução nº
07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que não possui sócios cônjuge, companheiro ou
parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, de membros ou
juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, vinculados ao
TRT19ª.

*Os dados pessoais informados serão utilizados apenas para verificação da relação de parentesco exigida pela Resolução CNJ Nº 07/2005, observados os termos do art. 7, II da Lei 13.709/2018.

Local e data.

Representante legal